



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001687-41.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários**
Requerente: **Valdinei Antonio Bis**
Requerido: **Itaú Unibanco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter financiado junto ao réu a compra de uma motocicleta, realizando com atraso o pagamento das parcelas que especificou.

Alegou ainda que o réu cobrou valores indevidos para a quitação dessas parcelas, almejando agora à restituição em dobro do montante despendido a esse título.

A preliminar suscitada em contestação não merece acolhimento.

Com efeito, e ao contrário do sustentado pelo réu, a definição da causa prescinde da realização de qualquer tipo de perícia, não sendo nem mesmo de rigor a conferência dos números apresentados pelo autor à minguia de impugnação específica a eles.

Rejeito a prejudicial, pois.

No mérito, o réu em contestação não refutou especificamente os fatos articulados pelo autor.

Em peça genérica, discorreu sobre a legalidade dos juros remuneratórios cobrados, dos encargos moratórios e da multa contratual estipulada.

Todavia, o objeto da ação passa ao largo de todas essas matérias.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Sustenta simplesmente o autor que a cobrança dos encargos praticada pelo réu estava em desacordo com o instrumento que celebraram, não se voltando em momento algum contra a validade deste.

Nesse contexto, tendo em vista a pertinência do relato exordial, na esteira do contrato firmado entre as partes e do demonstrativo de fl. 05, e levando em conta que o réu não se voltou contra o tema posto a debate, o acolhimento da pretensão deduzida é de rigor, fazendo jus o autor à restituição do que pagou a maior.

Duas ressalvas são no entanto de rigor.

A primeira é a de que a devolução não se fará em dobro porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que “*a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor*” (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé do réu, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de sorte que não terá aplicação a aludida regra.

A segunda é a de que a despeito da menção a "danos morais" no título da ação não houve pedido específico a esse propósito ou alusão a eles na explanação realizada.

Aliás, se o assunto tivesse sido trazido à colação não prosperaria porque ficou claro que a espécie ficou circunscrita ao descumprimento contratual pelo réu, sem transbordar para a configuração de danos morais passíveis de ressarcimento.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 538,10, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 27 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**